



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
Terceira Câmara Criminal  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



184

**HABEAS CORPUS Nº 0200738-3**

**COMARCA:** Recife – 2ª Vara do Tribunal do Júri

**IMPETRANTE:** Dr. Nelson Gonçalves de Araújo

**PACIENTE:** Cassiano da Silva

**PROCURADOR:** Dr. Itabira de Brito Filho

**RELATOR:** Des. Nivaldo Mulatinho Filho

**EMENTA:** PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. JÚRI. EXCESSO DE PRAZO PARA TÉRMINO DO SUMÁRIO. INOCORRÊNCIA. DESFUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PREVENTIVO. REITERAÇÃO DE PEDIDO. NÃO CONHECIMENTO.

I – Inadmissível o argumento de excesso de prazo para conclusão do Sumário, eis que, após a prisão preventiva do Paciente, que se manteve foragido por mais de três anos, o feito retomou seu curso regular, incidindo, na hipótese, o princípio da razoabilidade, inclusive por já ter se iniciado a Instrução Criminal.

II – Não é de se conhecer a alegada desfundamentação do decreto constritor, por ser matéria julgada no Habeas Corpus nº 190.016-7, anteriormente impetrado perante esta Corte.

III – Pedido conhecido parcialmente. Ordem denegada. Decisão unânime.

5082

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº **0200738-3**, em que são partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em conhecer parcialmente do pedido e, nessa extensão, denegar a ordem**, nos termos do Relatório e Votos anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 06 de 01 de 2010.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Relator



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Terceira Câmara Criminal**  
*Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho*



185

**HABEAS CORPUS Nº 0200738-3**

**COMARCA:** Recife – 2ª Vara do Tribunal do Júri

**IMPETRANTE:** Dr. Nelson Gonçalves de Araújo

**PACIENTE:** Cassiano da Silva

**PROCURADOR:** Dr. Itabira de Brito Filho

**RELATOR:** Des. Nivaldo Mulatinho Filho

**RELATÓRIO**

---

O Bel. **Nelson Gonçalves de Araújo**, amparado no Art. 5º, inciso LXVIII, da CF/88, e Arts. 647 e ss., do CPP, impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **CASSIANO DA SILVA**, codinome "**Gu**", qualificado às fls. 02/03, apontando como autoridade coatora o Juízo da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, onde tramita a Ação Penal nº 001.2005.002129-0, a que responde o Paciente, juntamente com **JOÃO BATISTA CARLOS DAS CHAGAS**, como incurso nas penas do Art. 121, § 2º, inciso II (*homicídio qualificado*), c/c Art. 29 (*concurso de pessoas*), ambos do CP.

Alega, em resumo, o impetrante que o Paciente sofre constrangimento ilegal na sua liberdade de locomoção, ante o excesso de prazo para término do Sumário, sem que tenha dado causa, eis que se encontra custodiado preventivamente desde **15/12/2008**, bem como em razão de carência de fundamentação do decreto constritor, inclusive por ser o Paciente portador de atributos pessoais favoráveis, consistentes na primariedade, endereço certo, profissão lícita e ausência de antecedentes criminais.

À inicial foram acostados os documentos de fls. 12/16.

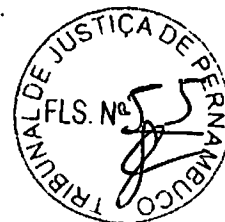
Às fls. 22/23, solicitei informações à autoridade dita coatora, que as prestou (fls. 29/30 e 40/50), relatando o trâmite processual.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Itabira de Brito Filho, opinou pela denegação da ordem (fls. 36/37).

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
Terceira Câmara Criminal  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



186

**VOTO**

---

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório, impetrado em favor de **CASSIANO DA SILVA**, codinome "**Gu**", qualificado às fls. 02/03, que responde, juntamente com JOÃO BATISTA CARLOS DAS CHAGAS, ao Processo-Crime nº 001.2005.002129-0, como incurso nas penas do Art. 121, § 2º, inciso II (*homicídio qualificado*), c/c Art. 29 (*concurso de pessoas*), ambos do CP, perante o Juízo da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, tido como autoridade coatora.

O impetrante alega, em resumo, que o Paciente, recolhido ao Presídio Professor Aníbal Bruno, sofre constrangimento ilegal na sua liberdade de locomoção, decorrente de: **a) excesso de prazo para término do Sumário**, sem que tenha dado causa, eis que o Paciente encontra-se custodiado preventivamente desde **15/12/2008**; **b) carência de fundamentação do decreto constritor**, inclusive por ser o Paciente portador de atributos pessoais favoráveis, consistentes na primariedade, endereço certo, profissão lícita e ausência de antecedentes criminais.

Narra a Denúncia (fls. 12/14) que, no dia **18 de março de 2004**, por volta das 4h30min., no bairro de Casa Amarela, nas proximidades do Largo de Dona Regina, na rua do SESI, nesta Capital, os acusados, **CASSIANO DA SILVA**, codinome "**Gu**", e JOÃO BATISTA CARLOS DAS CHAGAS desferiram, com uma faca, golpes na vítima **Douglas do Nascimento Ribeiro**, apelidado de "**Paçoca**", causando-lhe a morte.

Alude a Preambular Ministerial que, momentos antes do delito, a vítima bebia com amigos no "Bar da Buchadinha", localizado na Avenida Norte, em Casa Amarela, de lá saindo pelas 4h, quando foi abordado pelos denunciados, tendo-se iniciado uma discussão, pelo que a vítima correu, sendo perseguida pelos acusados, vindo o seu corpo, posteriormente, a ser encontrado na rua que fica por trás do referido bar.

Conforme informou o Magistrado singular (fls. 29/30 e 40/50), o Paciente e seu corréu foram denunciados em **25/01/2005**, sendo a Atrial Acusatória recebida em **14/02/2005**. Referiu que, expedido o mandado de citação, o Oficial de Justiça certificou que o acusado, ora Paciente, encontrava-se em local incerto e não sabido, mediante informação de sua avó (fls. 45v.), sendo, portanto, citado por edital (fls. 46), não comparecendo nem



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**

**Terceira Câmara Criminal**  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



187

constituindo Advogado, o que motivou a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, tendo sido decretada a sua prisão preventiva.

Relatou, ainda, que foi comunicada a captura do Paciente em **15/12/2008**, sendo que, em **13/01/2009**, este intentou pedido de Liberdade Provisória, que foi indeferido, acrescentando o Togado monocrático que, em **03/03/2009**, o Defensor constituído pelo Paciente apresentou Defesa Prévia.

Mencionou que o corréu, JOÃO BATISTA CARLOS DAS CHAGAS, em sua Defesa Prévia, apresentou Incidente de Insanidade Mental, que foi deferido.

Aludiu que a Audiência de Instrução e Julgamento foi iniciada em **11/09/2009**, com a oitiva de 04 (quatro) testemunhas arroladas pela Acusação, tendo deixado de comparecer 02 (duas) outras, pelo que a Promotoria de Justiça requereu a sua localização, ocasião em que a Defesa do Paciente requereu, novamente, a sua Liberdade Provisória, que foi indeferida.

Concluiu dito Juízo processante, aduzindo que o feito se encontra aguardando a resposta dos ofícios encaminhados ao TRE e à Receita Federal para identificação do endereço das testemunhas faltosas aludidas.

Note-se, de acordo com os documentos acostados pelo Juízo singular, que, em **12/04/2005**, foi constatada a ausência do Paciente, conforme certificou o meirinho (fls. 45v.), tendo sido o mesmo citado por edital, cuja publicação se deu em **24/06/2005** (fls. 46). Em **19/11/2008**, foi decretada a suspensão do processo e do prazo prescricional, bem como a prisão preventiva do Paciente (fls. 47), que foi encarcerado em **15/12/2008**.

Aos **19/01/2009**, foi indeferido o pleito do Paciente relativo à revogação de sua segregação provisória, tendo o Magistrado singular assim se posicionado (fls. 48):

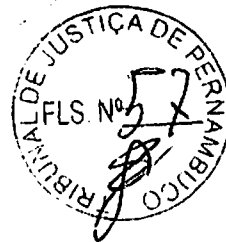
*"Foi decretada a prisão preventiva do acusado porque ele fugiu do distrito da culpa e se encontrava em lugar incerto e não sabido, conforme certificado pelo oficial de justiça.*

*O argumento de que a avó do peticionário mentiu para o oficial de justiça no intuito de protegê-lo, dizendo que o neto*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**

**Tercelra Câmara Criminal**  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



188

*não mais morava no local e se encontrava em lugar incerto e não sabido, não prospera.*

*Mesmo que a referida senhora tenha assim procedido, o acusado sabia que estava respondendo a um processo e, ao tomar conhecimento de que o oficial de justiça veio à sua procura, deveria ter procurado a justiça. Assim não agiu porque realmente se ausentou do distrito da culpa, dando uma nítida demonstração de desprezo à justiça.*

*(...) assim, filiado à corrente que entende que o fato do acusado fugir do distrito da culpa, (provocando a sua citação por edital e a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, por não ter atendido ao chamamento da justiça, causando transtorno no processo e conseqüentemente impedindo ou dificultando a aplicação da lei penal), é motivo suficiente para o decreto de segregação cautelar, mantendo a prisão preventiva do peticionário."*

Sob o argumento de excesso de prazo para término da Instrução Criminal, o ora Paciente pleiteou novamente a soltura, intentando pedido de Liberdade Provisória perante o Juízo processante, que o indeferiu em **22/09/2009** (fls. 50), por considerar que o fundamento de sua custódia provisória foi a garantia da aplicação da lei penal, ante a sua fuga, acrescentando não vislumbrar o excedimento prazal, vez que o processo se encontrava suspenso em relação ao requerente, só sendo reiniciado em **16/02/2009**, com a notícia de sua prisão.

Em pesquisa realizada no sítio eletrônico deste Tribunal, bem como no Judwin de 1º Grau, constatei que o Paciente aforou, anteriormente, o HC nº 190.016-7, distribuído ao Des. Roberto Ferreira Lins, sob os fundamentos de excesso de prazo e desfundamentação do decreto preventivo, sendo a ordem denegada à unanimidade pela 1ª Câmara Criminal desta Corte, em **08/09/2009**, conforme se depreende do acórdão ora transcrito:

**"EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PRISÃO. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. BONS ANTECEDENTES. EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**

**Tercelra Câmara Criminal**  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



189

1. O decreto preventivo encontra-se devidamente fundamentado na garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, sendo pacífico neste Tribunal o entendimento de que a fuga do paciente do distrito da culpa é motivo suficiente para a preventiva.
2. Condições pessoais favoráveis não autorizam, por si sós, que o paciente responda ao processo em liberdade.
3. Inexiste constrangimento ilegal, não havendo que se falar em excesso de prazo, visto que o feito tramita regularmente, encontrando-se com data próxima marcada para a realização de audiência, não havendo qualquer atraso a ser atribuído ao juízo ou a acusação.
4. Habeas Corpus denegado."

Destaco que, além da fuga do Paciente, que ocasionou tumulto no processo e retardo na sua tramitação, e de ter sido deferido pleito de Incidente de Insanidade Mental relativo ao seu corréu (fls. 30 e 41), consta, ainda, expedição de carta precatória a este último (fls. 47), revelando tais fatos complexidade do feito.

Por outro lado, não vislumbro tenha o Juízo singular responsabilidade pela alardeada demora. Ademais, com a prisão do Paciente, cuja fuga perdurou por mais de 03 (três) anos, o feito retomou o curso regular, já tendo se iniciado a Instrução Criminal.

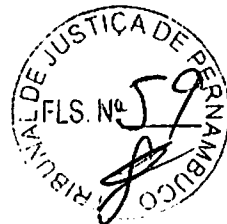
Desse modo, aplica-se, *in casu*, o Princípio da Razoabilidade. Nesse sentido, transcrevo o seguinte precedente jurisprudencial:

"STJ: "HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PACIENTE PRESO PREVENTIVAMENTE DESDE 19.06.08. PLEITO DE NULIDADE DA DECRETAÇÃO. RECONHECIMENTO DO ACUSADO REALIZADO DE FORMA ILEGAL. MATÉRIA NÃO EXAMINADA PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. EXCESSO DE PRAZO (1 ANO E 2 MESES) JUSTIFICADO. COMPLEXIDADE DO FEITO, QUANTIDADE DE RÉUS (4 PESSOAS), TRANSFERÊNCIA DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DOS ACUSADOS E NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS E DE READEQUAÇÃO AO NOVO RITO PROCESSUAL. PARECER MINISTERIAL PELO PARCIAL CONHECIMENTO DO WRIT E, NESSA PARTE, PELO



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**

**Tercelra Câmara Criminal**  
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



190

INDEFERIMENTO. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA.

(...)

2. **A concessão de Habeas Corpus em razão da configuração de excesso de prazo é medida de todo excepcional, somente admitida nos casos em que a dilação (A) seja decorrência exclusiva de diligências suscitadas pela acusação; (B) resulte da inércia do próprio aparato judicial, em obediência ao princípio da razoável duração do processo, previsto no art. 5º., LXXVIII da Constituição Federal; ou (C) implique em ofensa ao princípio da razoabilidade.**

3. **O período de encerramento da instrução criminal, fruto de construção doutrinária e jurisprudencial, não deve ser entendido como prazo peremptório, eis que subsiste apenas como referencial para verificação do excesso, de sorte que sua superação não implica necessariamente um constrangimento ilegal, podendo ser excedido com base em um juízo de razoabilidade.**

(...)

5. Ordem conhecida em parte e, nessa extensão, denegada, em consonância com o parecer ministerial." **(sem grifos no original)** (HC 136.069/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 01/09/2009, DJe 28/09/2009).

Assim, não há que se falar em excesso de prazo.

Quanto ao outro argumento contido na inicial - carência de fundamentação do decreto constritor - verifico que restou prejudicado, em razão do julgamento, em **08/09/2009**, do **HC nº 190.016-7**, da Relatoria do Des. Roberto Ferreira, anteriormente mencionado, pelo que deixo de conhecer desse aspecto do presente writ, por se tratar de mera **reiteração de pedido**.

Em consonância com esse entendimento, reproduzo recente aresto do STJ:

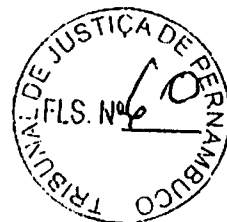
STJ: "HABEAS CORPUS. PROGRESSÃO PRISIONAL. EXAME CRIMINOLÓGICO. MATÉRIA JÁ ANALISADA POR ESTA E. CORTE. REITERAÇÃO DO PEDIDO. IMPETRAÇÃO NÃO CONHECIDA.

1. Não comporta conhecimento a impetração cuja matéria é idêntica a writ anteriormente impetrado, já julgado por esta E. Corte.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**

**Terceira Câmara Criminal**  
*Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho*



191

2. *Impetração não conhecida.*" (HC 135.227/SP, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 17/09/2009, DJe 05/10/2009).

Ante o exposto, conheço parcialmente da impetração e, nessa parte, **denego a ordem.**

Recife, 06. 01. 2010

  
**Des. Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Relator**